



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
REITORIA  
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

**1. Identificação do autor**

Nome completo: Ana Leandra Figueiredo de Sousa  
CPF: 020.676.192-92 RG: 7884008 Telefone: (93) 991077385  
E-mail: [leandrafgsousa@gmail.com](mailto:leandrafgsousa@gmail.com)  
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página de rosto?  
(x) Sim ( ) Não

**2. Identificação da obra**

( ) Monografia (x) TCC ( ) Dissertação ( ) Tese ( ) Artigo científico ( ) Outros: \_\_\_\_\_  
Título da obra: Perfil socioeconômico de produtores que aderiram ao PROSAF no município de Juruti - PA  
Programa/Curso de pós-graduação: Bacharelado em Engenharia Florestal  
Data da conclusão: 30/01/2023.  
Agência de fomento (quando houver): \_\_\_\_\_  
Orientador: Edgard Siza Tribuzy  
E-mail: [estribuzy@gmail.com](mailto:estribuzy@gmail.com)  
Co-orientador: Aldeíze Santos Tribuzy  
Examinadores: Milane Lima Pontes  
Túlio Silva Lara

**3. Informação de disponibilização do documento:**

O documento está sujeito a patentes? ( ) Sim (x) Não  
Restrição para publicação: ( ) Total ( ) Parcial (x) Sem restrição  
Justificativa de restrição total\*: \_\_\_\_\_

**4. Termo de autorização**

Autorizo a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) a incluir o documento de minha autoria, acima identificado, em acesso aberto, no Portal da instituição, no Repositório Institucional da Ufopa, bem como em outros sistemas de disseminação da informação e do conhecimento, permitindo a utilização, direta ou indireta, e a sua reprodução integral ou parcial, desde que citado o autor original, nos termos do artigo 29 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, e da lei 12.527 de novembro de 2011, que trata da Lei de Acesso à Informação. Essa autorização é uma licença não exclusiva, concedida à Ufopa a título gratuito, por prazo indeterminado, válida para a obra em seu formato original.

Declaro possuir a titularidade dos direitos autorais sobre a obra e assumo total responsabilidade civil e penal quanto ao conteúdo, citações, referências e outros elementos que fazem parte da obra. Estou ciente de que todos os que de alguma forma colaboram com a elaboração das partes ou da obra como um todo tiveram seus nomes devidamente citados e/ou referenciados, e que não há nenhum impedimento, restrição ou limitação para a plena validade, vigência e eficácia da autorização concedida.

Santarém, 15/02/2023.

Ana Leandra Figueiredo de Sousa

Assinatura do autor

**5. Tramitação no curso**

Secretaria / Coordenação de curso

Recebido em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Responsável: \_\_\_\_\_

Siape/Carimbo



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS  
BACHARELADO EM ENGENHARIA FLORESTAL**

**ANA LEANDRA FIGUEIREDO DE SOUSA**

**PERFIL SOCIOECONÔMICO DE PRODUTORES QUE ADERIRAM  
AO PROSAF NO MUNICÍPIO DE JURUTI - PA**

**SANTARÉM – PA  
2023**

**ANA LEANDRA FIGUEIREDO DE SOUSA**

**PERFIL SOCIOECONÔMICO DE PRODUTORES QUE ADERIRAM  
AO PROSAF NO MUNICÍPIO DE JURUTI - PA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
submetido à Universidade Federal do  
Oeste do Pará para obtenção do Grau  
de Bacharel em Engenharia Florestal.

**SANTARÉM – PA  
2023**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
**Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA**

---

- S725p Sousa, Ana Leandra Figueiredo de  
Perfil socioeconômico de produtores que aderiram ao PROSAF no município de Juruti - PA./ Ana Leandra Figueiredo de Sousa. – Santarém, 2023.  
21 p. : il.  
Inclui bibliografias.
- Orientador: Edgard Siza Tribuzy.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Biodiversidade e Florestas, Bacharelado em Engenharia Florestal.
1. Agricultura familiar. 2. SAF. 3. PROSAF. I. Tribuzy, Edgard Siza, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 344.1098115

**ANA LEANDRA FIGUEIREDO DE SOUSA**

**PERFIL SOCIOECONÔMICO DE PRODUTORES QUE ADERIRAM  
AO PROSAF NO MUNICÍPIO DE JURUTI - PA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
submetido à Universidade Federal do  
Oeste do Pará para obtenção do Grau  
de Bacharel em Engenharia Florestal.

CONCEITO: 9,0

DATA DE APROVAÇÃO: 30/01/2023



---

Prof. Dr.: Edgard Siza Tribuzy Presidente/Orientador  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA



---

Profa. Dra.: Aldeíze Santos Tribuzy Coorientadora  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA



---

Profa.: Milane Lima Pontes 1º Examinador (a)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA



---

Prof.: Túlio Silva Lara 2º Examinador (a)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, a Deus, por ter permitido que meus objetivos fossem alcançados, ter me dado a força necessária para não desistir durante todos os meus anos de estudos.

Aos meus pais, por nunca terem medido esforços para me proporcionar um ensino de qualidade e compreenderem a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho.

Ao Instituto de Desenvolvimento Florestal e Biodiversidade – IDEFLOR-Bio do Estado do Pará, mais especificamente ao Escritório Regional do Baixo Amazonas I – ERBAI, pela disponibilidade de acesso aos dados do PROSAF em Juruti.

Aos meus orientadores Edgard e Aldeíze, por toda a paciência, correções e ensinamentos que me auxiliaram na execução desse trabalho.

Aos meus amigos Arinara, Viviane, Elis e Marx, que me apoiaram, me incentivaram e compartilharam tantos momentos comigo ao longo desses anos de curso.

A todos aqueles que contribuíram, de alguma forma, no desenvolvimento deste trabalho de pesquisa.

## RESUMO

Como qualquer atividade econômica, o trabalho agrícola familiar tem impactos sociais e ambientais negativos, sobretudo em áreas rurais com pouco ou nenhum apoio técnico. Os Sistemas Agroflorestais (SAFs) surgem como uma boa alternativa a ser adotada pelos agricultores para recuperar áreas degradadas, assim como também tem papel de fortalecimento dos meios de vida dos agricultores. Diante dessa necessidade, o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará criou o projeto PROSAF, que tem como principal estratégia de revegetação o plantio de SAF comercial, com o objetivo de geração de empregos, aumento de renda e responsabilidade ambiental. O presente estudo teve por objetivo traçar o perfil socioeconômico dos agricultores que foram cadastrados no projeto PROSAF, no ano de 2020 e 2021, no município de Juruti – PA. Para elaboração do perfil socioeconômico dos colaboradores, foi aplicado um questionário com 13 perguntas e os dados foram avaliados quantitativamente por meio de estatística descritiva e qualitativamente por métodos de distribuição de frequência. Os resultados apresentaram dados relevantes, os agricultores são todos pertencentes ao sexo masculino, também são vistos como a figura de maior autoridade na hierarquia familiar, com idade média de 45 anos, casados, com baixo nível de escolaridade. A fonte de renda dos agricultores é advinda da agricultura de subsistência, os mesmos se autodeclararam agricultores familiares, que possuem propriedades entre 1 e 4 módulos fiscais e recebem pouca ou nenhuma assistência técnica.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar. SAF. PROSAF. Assistência técnica.

## **ABSTRACT**

Like any economic activity, family farm work has negative social and environmental impacts, especially in rural areas with little or no technical support. Agroforestry Systems (SAFs) emerge as a good alternative to be adopted by farmers to recover degraded areas, as well as playing a role in strengthening farmers' livelihoods. Faced with this need, the Institute for Forestry and Biodiversity Development of the State of Pará created the PROSAF project, which has as its main revegetation strategy the planting of commercial SAF, with the objective of creating jobs, income increase and environmental responsibility. The present study aimed to outline the socioeconomic profile of farmers who were registered in the PROSAF project, in the years 2020 and 2021, in the municipality of Juruti - PA. To elaborate the socioeconomic profile of the collaborators, a questionnaire with 13 questions was applied and the data were evaluated quantitatively by means of descriptive statistics and qualitatively by frequency distribution methods. The results presented relevant data, the farmers are all male, they are also seen as the most authoritative figure in the family hierarchy, with an average age of 45 years, married, with a low level of education. The farmers' source of income comes from subsistence agriculture, they declare themselves to be family farmers, who own properties between 1 and 4 fiscal modules and receive little or no technical assistance.

**Keywords:** Family farming. SAF. PROSAF. Technical assistance.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>2</b>	<b>MATERIAIS E METODOS .....</b>	<b>6</b>
<b>3</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>7</b>
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>13</b>
	<b>REFERENCIAS.....</b>	<b>15</b>
	<b>ANEXO .....</b>	<b>19</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A relação entre o homem e a natureza é essencial para a sobrevivência humana, no entanto esse contato nem sempre é feito de maneira harmônica. A perda de qualidade ambiental, assim como o surgimento de áreas degradadas ocorre como consequência das severas e descontroladas interferências humanas na natureza (BRESSANE et al., 2022), podendo desencadear uma série de desequilíbrio no ecossistema (DUARTE et al., 2017).

A agricultura familiar tem um papel importante nesse cenário, utilizada como uma forma de proteção a natureza por meio do uso mais consciente dos recursos naturais. Porém, como qualquer atividade econômica, o trabalho agrícola familiar tem impactos ambientais negativos, sobretudo em áreas rurais com pouco ou nenhum apoio técnico (BARBOSA et al., 2020). Além disso, a falta de conhecimento e técnicas adequadas são agravantes que travam a questão econômica dos produtores dentro desse panorama, pois fatores como a baixa escolaridade, falta de organização, pouca ou nenhuma gestão produtiva, dificultam o avanço e a melhoria no processo de produção dos agricultores (Carvalho & Monteiro, 2015).

É necessário, portanto, promover maneiras de desenvolver uma agricultura sustentável e com um processo economicamente viável, para que sejam fornecidos aos agricultores os meios e métodos para alcançar o desenvolvimento sustentável e melhorar a conscientização dos agricultores sobre a proteção ambiental (Firmino & Fonseca, 2010) e econômica, já que a agricultura familiar é uma importante fonte geradora emprego e renda, porém carece de melhorias (BOAES, 2020).

Dessa forma, os Sistemas Agroflorestais (SAFs) surgem como uma boa alternativa a ser adotada pelos agricultores para recuperar áreas degradadas, tendo em vista que diversos estudos afirmam que os SAFs colaboraram para a conservação e restauração dos recursos naturais, assim como também tem papel de fortalecimento dos meios de vida dos agricultores (MICCOLIS et al., 2016).

Diante dessa necessidade, o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-Bio), por meio da Diretoria de Desenvolvimento da Cadeia Florestal (DDF), criou o projeto PROSAF (Projeto de restauração florestal por meio da implantação de Sistemas Agroflorestais), que tem como principal estratégia de revegetação o plantio de SAF comercial. Este, reúne espécies florestais e frutíferas nativas da Amazônia, presentes em todas as regiões do estado do Pará. Dessa forma, pode-se facilitar a reorganização da floresta produtiva em áreas de

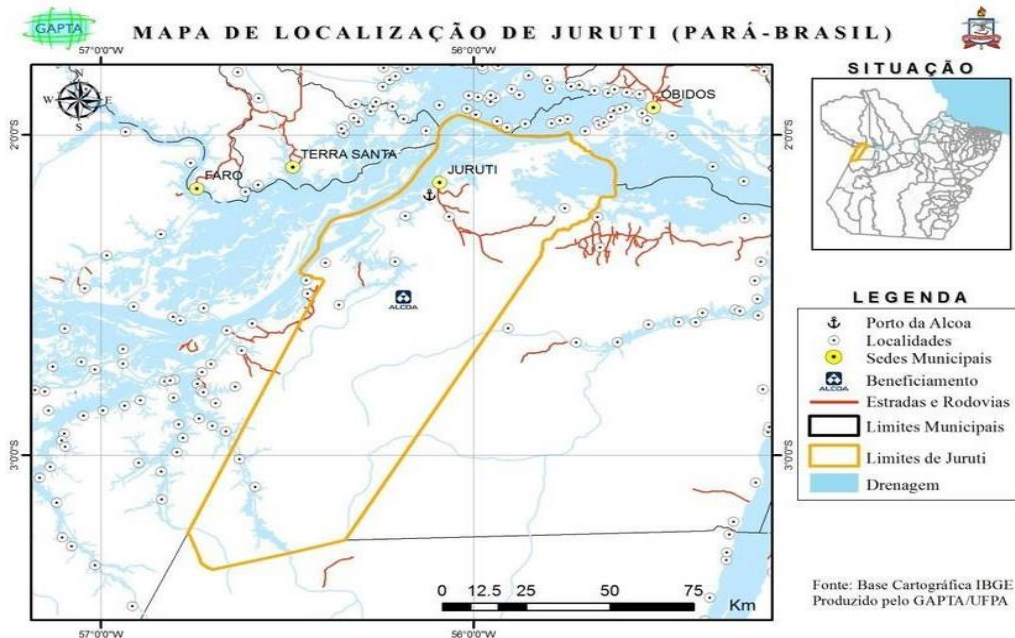
relevante mudança de propriedade de agricultores familiares nos municípios envolvidos, diversificação das bases produtivas, cultivo de espécies nativas, segurança alimentar, geração de empregos, aumento de renda e responsabilidade ambiental (IDEFLOR, 2020).

Nesse sentido, o presente estudo teve por objetivo traçar o perfil socioeconômico dos agricultores que foram cadastrados no projeto PROSAF, no ano de 2020 e 2021, no município de Juruti – PA.

## 2 MATERIAIS E METODOS

O ambiente da presente pesquisa foi o município de Juruti, localizado na mesorregião do baixo Amazonas no estado do Pará (Figura 1), vizinho das cidades de Óbidos e Terra Santa. A população estimada do local no último censo era de 47.086 habitantes (IBGE, 2011), em uma área territorial total de 8.305,454 km<sup>2</sup> pertencente ao bioma Amazônia (IBGE, 2022). No ranking de Produto Interno Bruto do estado do Pará, Juruti aparece na 38<sup>o</sup> posição com um PIB de R\$17.1431,41 no setor de agropecuária (IBGE, 2020).

**Figura 1** - Localização do município de Juruti, Estado do Pará, Brasil.



Fonte: Base cartográfica IBGE.

O presente trabalho obteve seus dados a partir da análise do cadastro padrão que o IDEFLOR-Bio, aplicou durante o ano de 2020 e 2021 para um total de 17 agricultores da zona rural da cidade de Juruti, que por sua vez aceitaram participar e atender às

exigências do programa PROSAF. O Escritório Regional do Baixo Amazonas I – ERBAI, que se situa no município de Santarém e é ligado diretamente ao Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará, concedeu o acesso às informações dos cadastros para a realização desse estudo.

Para elaboração do perfil socioeconômico dos colaboradores, o cadastro padrão realizado coletou informações referentes aos aspectos pessoais, econômicos, fundiários, de uso e ocupação do solo, de produção e comercialização agrícola, de acesso às políticas públicas, infraestruturas, entre outros. Para isto, o questionário desenvolvido contou com a elaboração de perguntas abertas e fechadas por meio de entrevistas, que ocorreram na residência de cada agricultor.

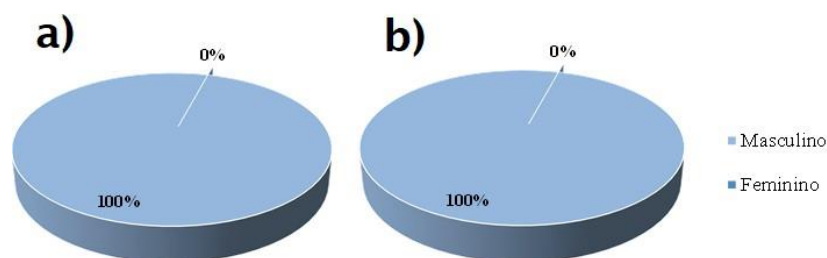
Com as informações coletadas, um total de 13 perguntas dispostas no questionário aplicado, fez-se a sistematização dos dados a partir das observações das respostas dos produtores para dar prosseguimento nas análises. Os dados foram avaliados quantitativamente por meio de estatística descritiva e qualitativamente por métodos de distribuição de frequência.

De acordo com o questionário em anexo (anexo 1), as 13 questões foram selecionadas para identificar e descrever as características dos respondentes com relação aos critérios: gênero do entrevistado, em gênero da pessoa responsável pela unidade familiar ou “chefe da família”, caracterização etária (idade), caracterização familiar (estado civil), nível de escolaridade, principal fonte de renda, acesso a programas sociais, categoria de agricultor, principais culturas cultivadas, principais produtos comercializados, área total da propriedade, documentação da terra e acesso a assistênciatécnica.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A pesquisa mostra que os dados de gênero dos 17 agricultores entrevistados, tanto dos responsáveis pelas unidades familiares ou “chefes de família” (figura 2a), quanto dos produtores cadastrados (figura 2b), são 100% pertencentes ao gênero masculino, conforme ilustrado logo abaixo:

**Figura 2** - Entendimento da hierarquia familiar dos entrevistados (a) e distribuição de terra relacionada ao gênero (b).



Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com dados do último Censo Agropecuário do IBGE (2017), 81% dos estabelecimentos rurais do estado são dirigidos por homens e apenas 19% por mulheres, o que condiz com os resultados apresentados na Figura 2, pois mostram que a composição de gênero é condizente com o número de estabelecimentos agropecuários por sexo do produtor no estado do Pará. No meio rural, a igualdade de gênero ainda é um tema que pouco avança (VILLWOCK; GERMANI; RONCATO, 2016), seja pelo fato de seu trabalho ser considerado como ajuda ou praticamente invisível (SILVA, 2012), ou por questões culturais, tendo em vista que pode ser observada uma acomodação das mulheres na posição em que são colocadas desde sempre (ROSA, 2011).

Se olharmos para os grupos etários da amostra populacional, a idade varia entre 25 e 65 anos. Quanto ao estado civil dos agricultores, 77% são casados ou possuem união estável e 23% são solteiros. É importante que sejam constituídas famílias nesse meio de agricultores, pois a falta de sucessores na agricultura familiar muitas vezes gera insegurança para a continuidade da família e da atividade produtiva (MATTE & MACHADO, 2016).

A faixa etária média é semelhante aos dados da pesquisa Censo Agro (IBGE, 2017), que constatou que a maioria dos agricultores tinha entre 45 e 54 anos. A distribuição etária dos agricultores deve ser considerada condizente com as mudanças sociais experimentadas no Brasil rural, uma delas é o aumento de agricultores mais velhos e diminuição de jovens atuando neste cenário. Segundo Matte e Machado (2016), atividades que demandam maior esforço físico, falta de horário fixo, baixos rendimentos e a falta de opções de lazer, são alguns dos muitos fatores que levam os jovens a trocar o meio rural pelo urbano, deixando então de suceder o pai no trabalho de produção, e para Oliveira *et.*

al. (2021) isso se deve a falta de políticas públicas atraentes.

Em relação a formação acadêmica dos empregados registrados, 41% possuem ensino fundamental incompleto, 24% concluíram o ensino fundamental, 24% possuem o ensino médio completo, 6% não concluíram o ensino médio e 6% possuem ensino superior incompleto, como pode ser visto na tabela 1.

**Tabela1.** Nível de escolaridade dos produtores rurais entrevistados no município Juruti.

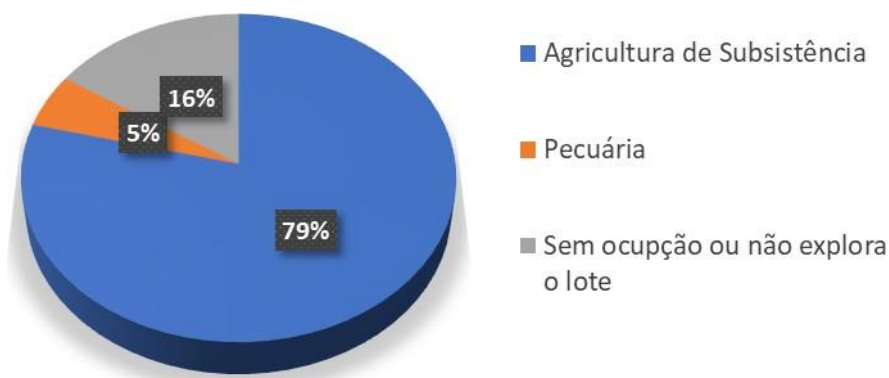
<b>Escolaridade</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Ensino Fundamental Completo	4	24
Ensino Fundamental Incompleto	7	41
Ensino Médio Completo	4	24
Ensino Médio Incompleto	1	6
Ensino Superior Incompleto	1	6
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com a Tabela 1 é possível inferir que os agricultores entrevistados apresentam pouca escolaridade, pois a maioria não completou nem o ensino fundamental. O baixo grau de instrução é um atraso no desenvolvimento rural dos produtores, pois reduz as oportunidades de crescimento no mercado e inviabiliza a implementação de novos sistemas que poderiam ser benéficos (FIGUEIREDO, 2014).

Essa deficiência educacional é um fator agravante na dificuldade de utilização de novas técnicas no meio de produção, além de restringir o acesso ao crédito rural, que seria de grande importância nesse cenário, tendo em vista que viabilizaria investimento em meios alternativos e tecnologias através da inserção de recursos financeiros.

A maioria dos inscritos, cerca de 79%, cita a agricultura de subsistência como principal fonte de renda, a pecuária também aparece em apenas 5%, como pode ser visto na figura 3. Todos os 17 entrevistados afirmaram pertencer à classe agricultor familiar tradicional. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, 3,9 milhões (77%) de estabelecimentos rurais no Brasil são classificados como agricultura familiar. As instalações agrícolas ocupam aproximadamente 351 milhões de hectares, dos quais 80,9 milhões de hectares (23%) são de agricultura familiar (IBGE, 2017). Apesar de a agricultura familiar ter o maior número de propriedades, não ocupa área correspondente em questão de distribuição das terras. Dos 17 agricultores entrevistados, 13 afirmaram ter acesso a programas sociais governamentais, e 4 afirmaram não ter.

**Figura 3** - Principais fontes de renda dos agricultores entrevistados.

Fonte: Elaborado pela autora.

Para Helfand e Pereira (2012), a integração entre as atividades agrícolas e não agrícolas e novas formas de organização do trabalho garantiriam um rendimento maior no meio rural. Segundo Bezerra e Schlindwein (2017), tanto para venda quanto para o próprio consumo da família, é essencial que haja a diversificação no meio de produção. No entanto, é difícil melhorar a forma de produção desses agricultores, pois a importância dessa atividade é pouco reconhecida e tem pouca influência econômica e política em âmbito global (GEHLEN, 2004).

A tabela 2 traz dados quanto a situação fundiária, mais especificamente sobre o tamanho dos imóveis rurais, onde apenas 35% das propriedades possuem entre 30 e 100 hectares e 59% apresentam tamanho menor que 30 ha. Em relação a registros de terras, 53% relataram possuir título do Instituto de Terras do Pará - ITERPA, outros 17% possuem declaração de posse, 12% detêm a titulação da terra junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, 6% afirmaram possuir escritura pública, 6% não informaram e 6% não possuem nenhum tipo de documentação (figura 4).

**Tabela 2.** Área das propriedades rurais dos entrevistados.

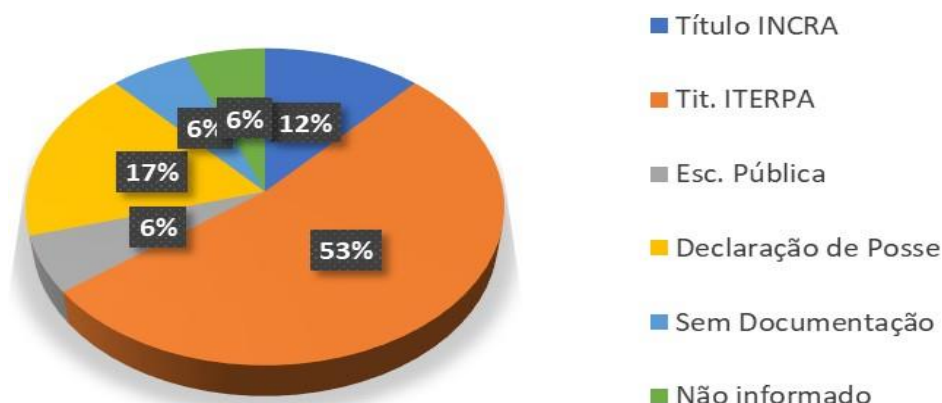
Tamanho da Área (ha)	Frequência	%
< 30 ha	10	59
> 30 ha e < 100 ha	6	35
> 100 há	1	6
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com os dados, as propriedades em que se estabelecem os agricultores

entrevistados, em sua maioria, são consideradas pequenas propriedades, tendo em vista que dentro da classificação de imóveis rurais o município de Juruti possui módulo fiscal de 75 ha, enquanto a média das áreas desses agricultores compreendem entre 1 e 4 módulos fiscais (EMBRAPA, 2012).

**Figura 4** - Condição do produtor em relação a terra.



Fonte: Elaborado pela autora.

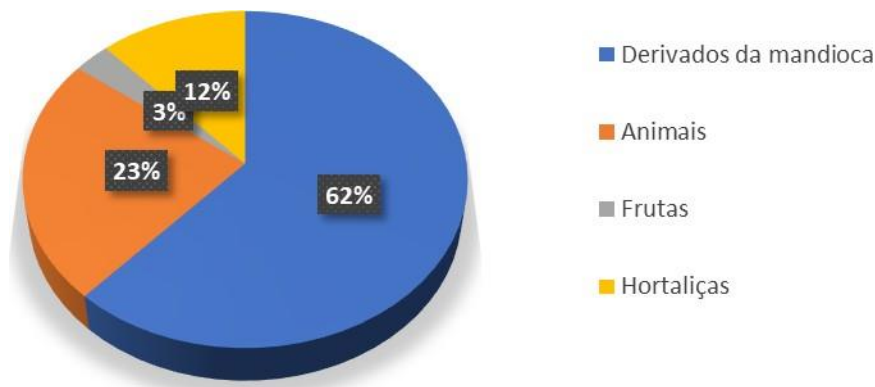
É importante que haja uma regularização jurídica das terras em que habitam os agricultores, pois dessa forma podem ter acesso a políticas públicas, seguros e garantias. Mais de 50% dos entrevistados afirmaram possuir Título ITERPA, e este, por sua vez, foi criado pela Lei Estadual nº 4.584, de 08 de outubro de 1978 e realiza a regularização fundiária em áreas públicas do Estado do Pará, com o objetivo de assegurar ao produtor rural segurança jurídica para o desenvolvimento das suas atividades de forma sustentável e estabilidade social no campo, através do reconhecimento da validade dos títulos de terras por ele expedidos (ITERPA, 2022).

Apenas 6% dos produtores afirmaram não possuir nenhum tipo de documentação de terra, o que é um dado positivo pois dessa forma os outros 94% podem ter acesso aos benefícios já citados anteriormente, e converge com o âmbito nacional no aspecto de regularização fundiária, pois no meio rural há um grande número de irregularidades na posse de propriedades (REIS & OLIVEIRA, 2017).

Quando questionados sobre a produção agrícola a mandioca foi citada majoritariamente como o principal cultivo, por 82% dos agricultores. Os 18% restante se dividiu em pequenas proporções entre cultivos de açaí, abacaxi, banana, laranja, entre outros. A figura 5 mostra os números de principais produtos comercializados, os quais trazem certa semelhança com os dados anteriormente citados de principal cultura

cultivada, pois 62% dos produtos são compostos por derivados da mandioca ou a própria mandioca, sendo seguido por pequenos animais com 23%, hortaliças com 12% e frutas com 3%.

**Figura 5** - Principais produtos agrícolas comercializados pelos agricultores.



Fonte: Elaborado pela autora.

Segundo Lobo *et. al.* 2018, a cultura da mandioca no Brasil está associada historicamente aos agricultores familiares, tem importância econômica e cultural para esse grupo e faz parte da alimentação de populações rurais e urbanas, o que corrobora com os dados apresentados na figura 5, já que a maior parte dos produtores tem os derivados da mandioca como principais produtos comercializados.

A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) afirma que o estado do Pará é o maior produtor de mandioca do Brasil, no ano de 2017 apresentou uma safra de 4,19 milhões de toneladas em um total de área de 360.662 ha, e ainda apresenta um crescimento constante de área colhida, pois em 2016 contava com 350.425 há (CONAB,2017).

É de extrema importância para os agricultores o apoio dos órgãos governamentais no fornecimento de assistência técnica, principalmente para os pequenos que possuem menor poder financeiro. A partir da análise de dados foi possível constatar que 76% dos produtores entrevistados não recebem qualquer tipo de ATER (Assistência Técnica Rural), 18% não informaram e somente 6% tem acesso (tabela 3).

**Tabela 3** - Acesso ao serviço de ATER

<b>Assistência Técnica</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Não	13	76
Não Informaram	3	18
Sim	1	6
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

Segundo Mattei (2014), a implementação de políticas públicas diferenciadas direcionadas à agricultura familiar é um fator fundamental para o desenvolvimento rural no país, pois ao disponibilizar recursos financeiros através de crédito rural, essa assistência técnica estimula maior produção dos agricultores e aumento o acesso das populações carentes a esses produtos, auxiliando na redução da pobreza rural.

De acordo com os dados da pesquisa, pode ser observado que a maioria dos agricultores familiares não são atendidos por esses serviços, e segundo Sousa e Júnior (2022) estes não são considerados um dos públicos-alvo das empresas privadas de ATER.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O PROSAF é uma alternativa de diversificação da produção agrícola nas propriedades dos agricultores cadastrados no programa, tendo em vista que há predominância da produção de mandioca nas suas áreas. Além disso é possível observar que os entrevistados são todos pertencentes ao sexo masculino, também são vistos como a figura de maior autoridade na hierarquia familiar, com idade média de 45 anos, casados, com baixo nível de escolaridade.

A fonte de renda dos agricultores é advinda da agricultura de subsistência, os mesmos se autodeclaram agricultores familiares, que possuem propriedades entre 1 e 4 módulos fiscais e recebem pouca ou nenhuma assistência técnica.

Em Juruti, até a conclusão desta pesquisa, o PROSAF está parado na fase de implantação do viveiro de produção de mudas e não chegou ao seu objetivo final que é recuperação de áreas antropicamente alteradas na pequena propriedade familiar rural, através da implantação de Sistemas Agroflorestais – SAFs comerciais, ou na geração de

conhecimentos para auxiliar o desenvolvimento socioeconômico de comunidades com diferentes níveis de necessidade de recuperação ambiental e social, por conta de divergências entre os órgãos envolvidos. Dessa forma, ainda não foi possível entregar os benefícios prometidos aos agricultores cadastrados.

## REFERENCIAS

- ALMEIDA, D. S. **Recuperação ambiental da Mata Atlântica**. SciELOEditus-Editora da UESC, ed. 3, 200p., 2016.
- BARBOSA, T. C. S.; FREITAS, W. N.; DIAS, I. M.; BRITO, J. A. L.; COSTA, N. M. G. B.;
- SOUSA, M. F.; ARRAIS, M. M. **Perfil socioeconômico e ambiental de agricultores familiares em um assentamento rural no Estado do Piauí**. Braz. J. of Develop., Curitiba, v. 6, n. 6, p.41856-41865, jun. 2020.
- BEZERRA, G. J.; SCHLINDWEIN, M. M. **Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil**. Campo Grande, MS, v. 18, n. 1, p. 3-15, jan./mar. 2017.
- BOAES, ALDEANE ABREU. **Agricultura familiar como fonte de renda e subsistência no Ramal do Mutum, Tartarugalzinho, Amapá**. Campus de Mazagão, Universidade Federal do Amapá, Mazagão, 2020.
- BOAVENTURA, K. J.; CUNHA, E. L.; SILVA, S. D. **Recuperação de áreas degradadas no Brasil: conceito, história e perspectivas**. Tecnia, v.4, n.1, p. 124-145, 2019.
- BRESSANE, ADRIANO. **Fundamentos para Recuperação de Áreas Degradadas**. 2. ed. Washington: KDP: Kindle Direct Publishing (KDP)©, 2022. 03 p. ISBN 9798418681799.
- CARVALHO, D. C. M.; MONTEIRO, M. S. L. **(Des) Construção teórica da agricultura familiar**. OKARA, João Pessoa, v.9, n.1, p.134-143, 2015.
- CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. **Agricultura familiar**, 2017. Disponível em:<https://www.conab.gov.br/>. Acesso em: 28 jan. 2023.
- DUARTE, T. E. P.; ANGEOLETTO, F. H. S.; CORREA SANTOS, J. W. M.; LEANDRO, D. S.; COPETTI BOHRER, J. F.; VACCHIANO, M. C.; LEITE, L. B. **O Papel da Cobertura Vegetal nos Ambientes Urbanos e sua Influência na Qualidade de Vida nas Cidades**. Desenvolvimento em Questão, [S. l.], v. 15, n. 40, p. 175–203, 2017. DOI: 10.21527/2237-6453.2017.40.175-203.  
Disponível em:  
<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/5859>. Acesso em: 13 jan. 2023.
- EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária **Centro Nacional de Pesquisa de Milho e Sorgo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. ISSN 1518-4277 Novembro,2012.
- FIGUEIREDO, S. C. **Importância do nível de escolaridade para os agricultores na gestão da propriedade rural**. Instituto Federal da Paraíba-IFPB, 2014.

FIRMINO R. G.; FONSECA, M. B. **Uma Discussão Sobre os Impactos Ambientais Causados Pela Expansão da Agricultura: A Produção de Biocombustíveis no Brasil.** Universidade Federal da Paraíba, 2010. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT4-795-675-20080510155652.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2023.

HELFAND, S.; PEREIRA, V. **Determinantes da pobreza rural e implicações para as políticas públicas no Brasil.** Brasília: IICA, 2012. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 16, Cap. 4).

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Área territorial brasileira 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agro 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em: 18jan. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. n. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

ITERPA – Instituto de Terras do Pará. **Regularização fundiária, 2022**. Disponível em: <http://portal.iterpa.pa.gov.br/#>. Acesso em: 29 jan. 2023.

LOBO, I. D.; JÚNIOR, C. F. S.; NUNES, A. **Importância socioeconômica da mandioca (*Manihot esculenta Crantz*) para a comunidade de Jaçapetuba, município de Cametá, PA**. Multitemas, Campo Grande, MS, v. 23, n° 55, p. 195-211, 2018.

MARGARIDO, P. **Ideflor-Bio utiliza metodologia PROSAF para recuperar áreas no Territórios Sustentáveis**. [Belém, PA] Secretaria de Comunicação, 21 ago. 2020. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/21619/ideflor-bio-utiliza-metodologia-prosaf-para-recuperar-areas-no-territorios-sustentaveis>. Acesso em: 22 jan. 2023.

MATTE, A.; MACHADO, J. A. D. **Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil**. RES, 2016. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/3981/html>. Acesso em: 28 jan. 2023.

MATTEI, L. **O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 45, suplemento especial, p. 83-91, 2014.

MICCOLIS, A.; PENEIREIRO, F. M.; MARQUES, H. R.; VIEIRA, D. L. M.; ARCO-VERDE, M. F.; HOFFMANN, M. R.; PEREIRA, A. V. B. **Restauração ecológica com Sistemas Agroflorestais: como conciliar conservação com produção: opções para Cerrado e Caatinga**. Brasília, DF. Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN. Centro Internacional de Pesquisa Agroflorestal – ICRAF. 266 p. 2016.

OLIVEIRA, M. F.; MENDES, L.; VASCONCELOS, A. C. V. H. **Desafios à permanência do jovem no meio rural: um estudo de casos em Piracicaba-SP e Uberlândia-MG**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 59, n. 2, p. 1-19, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.222727>.

REIS, É. V. B.; OLIVEIRA, M. L. **A regularização fundiária urbana e rural: necessidade de marcos teóricos e de políticas públicas distintos.** Revista Brasileira de Políticas Públicas. Brasília, v. 7, n° 2, 2017, p. 41-53.

ROSA, W. J. **O PRONAF - Mulher: Conquista sem acesso.** UFGD, 2011. Disponível em: <http://www.ufgd.edu.br/fch/ciencias-sociaispronera/publicacoes-do-curso/o-pronaf-mulher-conquista-sem-acesso/view>. Acesso em: 22 jan. 2023.

SILVA, J. F. **A mulher como força de trabalho na modernização da agricultura no Brasil.** Revista Latino-Americana de História, São Leopoldo, v. 1, n. 3, p. 232-248, 2012.

SOUSA, D. N.; JÚNIOR, F. G. R. P. **Os desafios da atuação dos mediadores sociais na ATER para inovação e inclusão produtiva de agricultores familiares no Estado do Tocantins.** SciELO - Scientific Electronic Library Online, São Paulo, 2022.

## **ANEXO**

### **ANEXO I**

#### **Questionário**

- 1 Sexo do entrevistado;
- 2 Sexo do “chefe de família”;
- 3 Caracterização etária (idade);
- 4 Caracterização familiar (Estado civil);
- 5 Nível de escolaridade;
- 6 Principal fonte de renda;
- 7 Acesso a programas sociais;
- 8 Categoria de agricultor;
- 9 Principal cultura cultivada;
- 10 Principal produto comercializado;
- 11 Área total da propriedade;
- 12 Documentação da terra;
- 13 Acesso a assistência técnica.